



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

P.PORTO

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (Brasil) E O INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO (Portugal)

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), criado pela Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, detentor de natureza jurídica de autarquia federal, gozando de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar; sendo, nos termos do artigo 1º, § 2º, do seu Estatuto, uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, equiparado às universidades federais para todos os fins e efeitos legais; com sede à Rua Pereira de Almeida, nº 88, Praça da Bandeira, no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, representado por seu Reitor, Prof. Dr Paulo Roberto de Assis Passos, e o Instituto Politécnico do Porto, com sede na Rua Dr. Roberto Frias, 712, 4200-465 Porto, Portugal, representado por sua Presidente, Prof. Doutora Maria do Rosário Gambôa Lopes de Carvalho designadas a seguir por 'partes', no intuito de desenvolver relações de cooperação internacional com base no estabelecimento de contatos e entendimentos mútuos, enfatizando desenvolver intercâmbio acadêmico e cultural nas formas de ensino, extensão, pesquisa e transferência de tecnologia, e de acordo com a legislação que rege a matéria, acordam o seguinte.

Cláusula Primeira: DA ÁREA DE COOPERAÇÃO

1.1 A área de cooperação inclui, sob consentimento mútuo e existência de condições apropriadas, qualquer atividade, projeto, programa ou curso oferecido e proposto por qualquer das partes como desejável, executável, e que venha a contribuir para o fomento e o desenvolvimento de relações de cooperação entre as partes convenientes.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

P. PORTO

Cláusula Segunda: DOS MÉTODOS

2.1 Todos os entendimentos e assistência estarão condicionados à disponibilidade de recursos financeiros e à aprovação específica dos dirigentes máximos das convenentes para atividades, projetos, programas ou cursos na forma de:

- a) intercâmbio de membros do corpo docente, do quadro de gestores e do quadro técnico administrativo de nível superior para fins de formação continuada;
- b) intercâmbio de membros do corpo docente para o desenvolvimento de atividades na condição de professor visitante;
- c) intercâmbio de estudantes de graduação e de pós-graduação;
- d) desenvolvimento conjunto de cursos de Aperfeiçoamento, Especialização, MBA, Mestrado e Doutorado;
- e) desenvolvimento de programas de formação continuada de professores para os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- f) desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisa;
- g) desenvolvimento conjunto de eventos culturais, científicos ou tecnológicos;

e outros onde houver demanda e interesse recíproco.

2.2 Os termos e as características de cada atividade, projeto, programa ou curso devem ser mutuamente discutidos e estabelecidos, antes do início do mesmo, mediante termos aditivos ao presente acordo.

Cláusula Terceira: POLÍTICA DE EXECUÇÃO DO ACORDO

3.1 O conteúdo deste acordo não deve constituir qualquer das partes em agente, servidora ou empregada da outra, sendo cada parte total e unicamente responsável por suas próprias ações e pelas obrigações geradas pela cooperação.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

P.PORTO

3.2 Cada parte designará um profissional responsável pela coordenação do presente acordo e pela representação interinstitucional.

~~3.3 Cada parte responsabilizar-se-á por assegurar completa conformidade de seus participantes em atividade, projeto, programa ou curso, quanto às leis e normas a que se submeterão.~~

3.4 Cada parte garantirá aos seus participantes seguro de vida e a assistência necessária para a estadia no país hospedeiro.

~~3.5 As taxas acadêmicas da instituição de origem, quando houver, ficarão sob responsabilidade dos estudantes, sendo pagas diretamente pelos mesmos, sem interveniência das partes.~~

3.6 Fica vedada a cobrança de taxas, matrícula e anuidades por qualquer das instituições receptoras.

3.7 As despesas de transporte, hospedagem, alimentação e outras, quando necessário, poderão ser financiadas com recursos institucionais quando existentes, por órgãos de fomento externo ou ficarão a cargo do próprio participante.

3.8 A existência da presente cooperação não implica garantia de suporte financeiro por conta de nenhuma das partes.

Cláusula Quarta: PROPRIEDADE INTELECTUAL

4.1 Quando qualquer ação de colaboração resultar na geração de propriedade intelectual, as partes envolvidas devem, imediatamente, por intermédio de seus respectivos representantes oficiais, estabelecer os direitos sobre tal propriedade, procurando-se, neste ato, preservar a relação harmoniosa entre as instituições, ressalvada a legislação específica em vigor no país de cada partícipe.



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

P. PORTO

4.2 Em todas as comunicações e publicações, que resultem de projetos desenvolvidos no âmbito deste acordo, serão expressamente indicadas nos créditos de tal produção.

Cláusula Quinta: VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 Este acordo será válido por 05 (cinco) anos, a partir da data da sua assinatura.

5.2 Qualquer acréscimo e/ou modificação do acordo requer aprovação, por escrito, dos dirigentes máximos das convenientes e deverá anexar-se a este documento.

5.3 Terminado o período inicial de validade, o acordo será renovado por escrito e sob consentimento mútuo.

5.4 Cada parte reserva-se o direito de cancelar o acordo, por meio de comunicação escrita, com, pelo menos, 03 (três) meses de antecedência.

Cláusula Sexta: FORO E LITÍGIO

6.1 Eventuais litígios serão resolvidos pela jurisdição onde o fato suceda e, se necessário, julgados pelos princípios do Direito Internacional Público.

Cláusula Sétima: PUBLICAÇÃO DO ACORDO

7.1 Cada instituição participante fará a publicação oficial de um extrato da presente cooperação, se determinado pela legislação do respectivo país, e dará ciência pública, pelos meios de comunicação considerados adequados.

Estando acordados os interesses, fica o presente acordo de cooperação assinado pelas partes em 02 (dois) originais, redigidos em língua portuguesa,



Ministério da Educação
Instituto Federal do Rio de Janeiro
Diretoria de Desenvolvimento Institucional e Expansão
Assessoria Internacional

P. PORTO

pele Instituto Federal do Rio de Janeiro

Paulo Roberto de Assis Passos
Reitor

Decreto de 6 de maio de 2014
Diário Oficial da União, 7 de maio de 2014

Empossado em 14 de maio de 2014

pele Instituto Politécnico do Porto

Maria do Rosário Gamba Lopes de Carvalho
Presidente

Despacho n.º 3858/2014, publicado no Diário
da República n.º 50 de 12 de março

TESTEMUNHAS

Adriana Mesquita Rigueira
Assessora de Relações Internacionais

Portaria IFRJ n.º 1039

25/07/2017

Carla Alexandra Soares Carneiro
Responsável pelo Gabinete de Relações
Internacionais

25/07/2017